

Tesouro deve apresentar novo superávit em maio

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Tesouro Nacional deverá apresentar um superávit de Cr\$ 1,097 trilhão em maio, resultado de receita no montante de Cr\$ 7,560 trilhões e despesas de Cr\$ 5,622 trilhões, de acordo com as mais recentes avaliações da situação de caixa do governo, elaboradas pela Comissão de Programação Financeira do Ministério da Fazenda.

Tudo indica, porém, que o ministro Francisco Dornelles, ao fazer a prestação de contas do setor público referente a maio, voltará a anunciar um déficit consolidado, a exemplo dos meses anteriores. É que o orçamento monetário, que o próprio Dornelles qualifica de ficção contábil, mais uma vez apresentará déficit.

Para o Ministério da Fazenda, a prioridade é reduzir o déficit do setor público, para obter uma vitória contra a inflação e as taxas de juros, porém a receita da Fazenda para cortar o déficit difere bastante da receita da Seplan. A Fazenda quer uma política monetária restritiva, e a Seplan argumenta que evitar emissão de moeda, hoje, acaba por aumentar o próprio déficit, no futuro.

INCENTIVOS

Por outro lado, o governo continua com a intenção de reduzir significativamente as isenções de Imposto de Renda sobre uma série de operações no próprio mercado financeiro, e a concessão de incentivos fiscais. O Tesouro Nacional vai abrir mão de receita de Cr\$ 6,9 trilhões este ano, cifra correspondente

a incentivos fiscais concedidos a programas de desenvolvimento regional ou setorial, como Finan, Finor, Fiset Turismo e Reflorestamento. E também deixará de recolher Cr\$ 1,820 trilhão correspondente à redução do Imposto de Renda sobre juros externos. Com relação ao IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados, devolverá Cr\$ 387,0 bilhões. E devolverá mais Cr\$ 1,333 trilhão de Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas.

O ministro da Fazenda sugeriu, em sua exposição na Câmara dos Deputados, que uma redução de Cr\$ 4 trilhões na concessão de incentivos fiscais daria uma contribuição importante na redução do déficit de caixa de Cr\$ 84,9 trilhões do setor público. No entanto, a disposição no Congresso Nacional é de não mexer nos incentivos fiscais, pelo menos este ano. Evidente que muitos parlamentares legislam em causa própria, como Osvaldo Coelho (PE) que, mencionando a miséria nordestina, insiste na manutenção do Finor, do qual seria um dos maiores beneficiados.

O que pode acontecer a curto prazo, no sentido de assegurar mais recursos para o Tesouro Nacional e reduzir o déficit de caixa, é o governo antecipar os prazos de recolhimento de uma série de tributos, como IPI, Finsocial etc. Nesta segunda-feira, vence o prazo para que as empresas recolham aos bancos o Imposto de Renda retido dos assalariados, relativo a abril. O prazo era até o dia 30 e passou para o dia 20 para garantir um ganho de Cr\$ 700 bilhões ao Tesouro Nacional. As empresas perdem dez dias para ficar girando o dinheiro no mercado financeiro.